



CÂMARA DE DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Coronel Ulysses**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N.º DE 2024 (Do Sr. CORONEL ULYSSES)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Ricardo Lewandowski**, para prestar esclarecimentos sobre a baixa execução dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP no primeiro semestre do ano em exercício e as medidas destinadas à flexibilização e desburocratização na execução dos recursos pelos Estados.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma do Art. 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, ainda com fundamento no artigo 32, inciso XVI, alíneas “c”, “d” e “g”, a convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Ricardo Lewandowski**, para prestar esclarecimentos sobre a baixa execução dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP no primeiro semestre do ano em exercício e as medidas destinadas à flexibilização e desburocratização na execução dos recursos pelos Estados.





CÂMARA DE DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Coronel Ulysses**

JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer uma de suas Comissões, poderá convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificção adequada.

Com efeito, o site de notícias “O Antagonista” publicou matéria jornalística no dia 23 de julho do ano em curso, com o seguinte título: ***“Em 2024, governo Lula executa apenas 10% do Fundo Nacional de Segurança Pública”¹***. Destaca ainda que *“de 2,5 bilhões de reais previstos, a União aplicou apenas R\$ 252 milhões em ações para melhorar a estrutura policial em todo o país”*.

Frise-se que a matéria também expõe que no referido período o Ministério da Justiça e Segurança pública executou apenas 17% do orçamento previsto para o ano em exercício do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, bem como executou apenas 18% dos recursos destinados ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.

As informações supra relatadas, se verdadeiras, impactarão nos sistemas federal e estaduais de segurança pública, sobretudo na manutenção do financiamento de políticas públicas e programas imprescindíveis às Instituições que integram os referidos sistemas.

¹ ☐ [Governo Lula executa só 10% do Fundo de Segurança Pública](#)





CÂMARA DE DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Coronel Ulysses**

Apresentação: 29/07/2024 12:00:24.527 - CSPCC

REQ n.230/2024

Segundo o noticioso em apreço, os dados anunciados foram disponibilizados pelo Instituto Teotônio Vilela.

Outrossim, o jornal “Folha de São Paulo” noticiou no dia 13 de julho do presente ano que os “Estados acumulam R\$ 2,8 bilhões para segurança pública que não conseguem gastar”². Em síntese, a matéria relata que, diante da burocracia imposta pela União para execução dos recursos do FNSP, os Estados apresentam baixa execução dos recursos, carreando a possibilidade de devolução à União.

Nesse esteio, ante ao breve exposto, há necessidade, em caráter impreterível, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública esclareça sobre a baixa execução dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP no primeiro semestre do ano em exercício e as medidas destinadas à flexibilização e desburocratização na execução dos recursos pelos Estados.

Assim, exercendo o meu dever parlamentar e em defesa do povo brasileiro, cabe convocar a presença do Ministro a fim de questioná-lo minuciosamente para esclarecer quais fatores impactam na baixa execução e quais medidas efetivamente estão sendo adotadas para equacionar o problema.

Sala das Comissões, _____ de _____ de 2024.

Deputado **CORONEL ULYSSES**
UNIÃO BRASIL/AC

² <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/estados-acumulam-r-28-bi-para-seguranca-publica-que-nao-conseguem-gastar.shtml>

